

## Migrações, memórias e fronteira: reflexões sobre histórias de vida de trabalhadores(as) brasiguaios(as)

Jiani Fernando Langaro\*  
Losandro Antônio Tedeschi\*\*

Há vários anos, os *brasiguaios* têm ocupado espaço na mídia brasileira, que noticia a existência de conflitos – agrários, principalmente – entre brasileiros e paraguaios no país vizinho. O retorno desses migrantes ao Brasil – temporário ou permanente –, para acampamentos situados nas cidades ou nas margens de rodovias, tem sido evento recorrente no cotidiano da fronteira. Tais elementos colocam em pauta a necessidade de conhecer melhor esses sujeitos, perguntando-nos quem são eles, por que transitam pela fronteira e como experimentaram os deslocamentos.

Visando responder algumas dessas questões, selecionamos para este texto narrativas orais de camponeses(as) brasiguaios(as) retornados ao Brasil, mais precisamente para as regiões dos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná limítrofes ao Paraguai. Lançamos um olhar sobre as narrativas constantes de nossos acervos pessoais, produzidas para algumas pesquisas de que participamos, procurando dar visibilidade às trajetórias e memórias de

---

\* Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (Ufu) e doutor nessa mesma área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP). Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: jflangaro@gmail.com.

\*\* Graduado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), mestre e doutor em História Latino-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor adjunto do curso de História da UFGD e coordenador da cátedra Unesco Diversidade Cultural, Gênero e Fronteira. E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br.

trabalhadores(as) pobres migrantes que se dirigiram ao país vizinho entre as décadas de 1960 e 1970 e, a partir de fins da década de 1980, começaram a retornar ao Brasil para habitar as periferias das cidades fronteiriças ou os acampamentos – hoje, muitos deles já assentamentos – dos movimentos de luta pela reforma agrária. Trata-se de um grupo que viveu intensos deslocamentos em um curto espaço de tempo e hoje enfrenta dificuldades para (re) integrar-se à sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, procuramos analisar as falas de mulheres camponesas e de pessoas que emigraram ainda crianças – que, portanto, não foram propriamente os protagonistas da decisão e, justamente por isso, viveram o trânsito pela fronteira de maneira diferente de seus pais.

Os diversos textos e documentos que narram o processo de decisão de migração para o Paraguai nos apontam para uma percepção da mobilização dos chamados *brasiguaios* como parte de estratégias familiares para reprodução econômica e social. Contudo, nenhum dos autores que se preocupam com o tema dedicou um trabalho específico à mulher trabalhadora migrante da fronteira, protagonista dessa narrativa de colonização marcada por lutas, sacrifícios, renúncias, coragem, ousadia, conquistas e muito trabalho. Se a elas fizeram referência, foi com uma lembrança passageira inscrita numa página ou num simples parágrafo. As particularidades da atuação feminina não são enfrentadas nesses textos, e nem mesmo a produção acadêmica tem voltado grandes atenções para essas personagens do mundo camponês na região da fronteira paraguaia.

Sobre o termo *brasiguai*, muito se tem discutido nos últimos anos, a ponto de autores que são referência no assunto, como Anita Sprandel, abandonarem-no, optando por designações como “brasileiros na fronteira com o Paraguai” (Sprandel, 2006, p. 137). Entretanto, compreendemos a denominação *brasiguai* como válida, pois, como afirma Danusa Lourdes Guimarães da Silva (2010, p. 17), “o termo foi a expressão e bandeira de luta dos migrantes” que retornaram via MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Trata-se, portanto, de uma identidade assumida pelos próprios sujeitos – embora essa identidade não seja fixa, e sim situacional, conforme aponta José Lindomar Albuquerque:

De acordo com a situação, os descendentes dos imigrantes brasileiros identificam-se de diferentes formas. No espaço familiar e no contato direto com os brasileiros, assumem a identidade de brasileiros e se orgulham

também de ter a cidadania brasileira. Na relação direta com os paraguaiois e em momentos de conflitos pela posse da terra, é mais estratégico assumir a identidade de paraguaio. Às vezes são vistos como ‘brasiguaios’ e muitas vezes negam essa identificação híbrida. As afirmações e as negações das identidades de ‘brasileiros’, ‘paraguaiois’ e ‘brasiguaios’ podem ser analisadas a partir das novas formas de integração cultural e da disputa de poder entre os imigrantes brasileiros e os setores subordinados da sociedade paraguaia. (Albuquerque, 2008, p. 61).

Essa dimensão identitária também está presente entre os brasiguaios contatados em nossas pesquisas, os quais, frisamos, não se encontram mais na situação de imigrantes no Paraguai, mas na de emigrantes retornados ao Brasil. Em certos momentos, observa-se a construção de uma identidade de brasiguaios – principalmente ao relatarem os motivos de terem abandonado o país vizinho –, enquanto em outros se percebe uma reafirmação da identidade brasileira, como forma de reivindicar e fortalecer sua cidadania.

No interior do conjunto que costuma ser denominado de brasiguaios, efetuamos um necessário recorte de classe, haja vista que por brasiguaios atualmente se define um leque muito diverso de sujeitos, incluindo desde o camponês pobre que vive nos acampamentos/assentamentos da reforma agrária brasileira – que passou apenas parte de sua vida no Paraguai – até os latifundiários brasileiros que vivem no país vizinho. Pessoas de diferentes classes sociais, referenciais culturais e étnicos, e em situações legais diversas (tal como brasileiros naturalizados paraguaiois, imigrantes em situação legal e ilegal naquele país), podem ser homogeneizadas por meio desse termo (Baller, 2008; Sprandel, 2006). Mais precisamente, percebemos uma tentativa de apropriação da palavra surgida como bandeira de luta do MST por parte dos latifundiários brasileiros residentes no Paraguai, em busca de apoio brasileiro para suas causas no estrangeiro. Assim, entendemos que assumir um recorte de classe não significa vitimizar tais sujeitos ou tratá-los com condescendência, mas expressa nosso respeito e sensibilidade para com os narradores da pesquisa e reforça nosso compromisso com o estudo de grupos excluídos e marginalizados – pela sociedade e pela própria historiografia. Nossa intenção com este trabalho é contribuir de alguma forma com as bandeiras de luta daqueles brasiguaios que, ao retornarem ao Brasil, organizaram-se em movimentos sociais, algo que julgamos imprescindível diante da guinada conservadora que assombra a política brasileira contemporânea.

Também levamos em consideração o alerta de Silva (2010) sobre o quão enganador pode ser o termo *retorno*, uma vez que muitos brasiguaios, mesmo após voltarem ao Brasil, ainda mantêm relações com o Paraguai. Compreendemos que tal alerta é de suma importância, porém, não podemos generalizar tal situação, uma vez que em nossas pesquisas acompanhamos casos de brasiguaios entrevistados há mais de dez anos que nunca mais deixaram o Brasil. De qualquer forma, o tema do retorno é muito forte nas narrativas orais de nossos(as) entrevistados(as) para expressar um desejo, que, muitas vezes, acaba por não se concretizar.

O trabalho de Abdelmalek Sayad (1998) sobre a imigração argelina na França trata da temática do retorno, tanto provisório (para visitar parentes que ficaram na terra natal) quanto definitivo. Conforme o autor aponta, o desejo de retornar ao lugar de origem é muito frequente entre os imigrantes, embora na maioria das vezes eles acabem se fixando no novo país. Mesmo que cheguem a retornar (em definitivo) – principalmente no caso dos imigrantes pobres –, já não são mais os mesmos de antes de emigrarem: seus costumes, sensibilidades e formas de compreender o mundo mudaram, o que gera tensões em sua reinserção na sociedade de origem. Ressalvadas as devidas diferenças, muitas dessas questões também estão presentes nas trajetórias dos brasiguaios pobres, para quem a transpor a fronteira também significa enfrentar uma nova realidade urbana de vida e trabalho.

Outrossim, por *fronteira* entendemos não uma linha que necessariamente separa povos e culturas, mas uma *faixa*, nem sempre fixa, construída historicamente em meio a relações de poder (Zientara, 1989). Com relação à fronteira Brasil-Paraguai, levamos em consideração as afirmações de Albuquerque:

Os limites políticos e culturais dos Estados nacionais não são bem definidos nessa ampla faixa de fronteira. O Estado paraguaio está presente mediante a reivindicação do monopólio da lei, das armas e do sistema educacional. Mas a nação brasileira também se encontra mediante o predomínio da língua portuguesa, das tradições culturais e dos meios de comunicação de massa. Esse amplo território de fronteira é, ao mesmo tempo, um espaço em que se fundem duas nações e, portanto, de muitas misturas culturais, mas também um lugar de disputa política e econômica entre dois países com desenvolvimento econômico desigual. [...] O movimento é mais intenso em direção ao interior do Paraguai e este país vai se convertendo numa ampla faixa de fronteiras. (Albuquerque, 2008, p. 53).

Trata-se, portanto, de um espaço conflituoso; embora a pressão maior se faça sentir sobre o território paraguaio, o lado brasileiro da fronteira não é imune às tensões. Como veremos, a própria presença dos brasiguaios nas cidades fronteiriças brasileiras está envolta em embates e alterações.

## As migrações pela(s) fronteira(s) e seus sentidos: experiências com o campo e a cidade

Nesta seção, analisamos as narrativas de brasiguaios que viveram nas regiões rurais do leste do Paraguai, para onde emigraram a partir da década de 1970, não por vontade própria, mas geralmente para acompanhar os pais. Na época das entrevistas, a maioria trabalhava em serviços manuais, tinha entre 14 e 40 anos de idade – eram jovens, portanto – e havia retornado ao Brasil naquela década de 2000 ou na anterior. A grande maioria dos narradores pertence a famílias camponesas – pequenos proprietários rurais, rendeiros, meeiros, assalariados e diaristas, entre outros – que com muito custo se mantinham no campo no Brasil. Emigrar para o Paraguai foi uma alternativa encontrada pelos seus pais para conquistar uma área rural e, assim, garantir o futuro de todos. É inegável a pressão sofrida por esses trabalhadores, decorrente da integração do campo brasileiro ao agronegócio internacional – acelerada pela ditadura militar – e seu consequente esvaziamento – tanto como resultado da tecnificação da produção quanto como recurso de proprietários para descumprir a legislação trabalhista, estendida aos trabalhadores rurais na década de 1960 (Silva, 1982).

Da *experiência* – entendida, na concepção de Thompson (1987), como ação criativa dos seres humanos, historicamente acumulada, em meio às pressões e limites da vida social – de vida no campo ou nas vilas e pequenas cidades do leste do Paraguai – quando essa era ainda uma região em processo de “colonização” –, muitas memórias foram construídas pelos narradores. Nelas, encontramos desde visões idílicas, em que o Paraguai surge como ambiente de aventuras, até aquelas em que o estrangeiro emerge como lugar sombrio e hostil, ou mesmo como local isento de caracterizações.

Carlos,<sup>1</sup> natural do Espírito Santo, emigrou com sua família de Marechal Cândido Rondon (PR) para o leste do Paraguai quando contava cinco

---

1 Carlos (nome fictício), 29 anos, é metalúrgico e morador do Jardim das Torres em Marechal Cândido Rondon.

anos; ele é um dos narradores que apresenta sua trajetória no país vizinho de forma positiva, exaltando a beleza da vida no campo, em meio às plantações e aos animais domésticos. Suas lembranças do Paraguai se confundem com as de sua infância, período em que residia e trabalhava na propriedade da família, antes de se empregar nas fazendas vizinhas, aos 14 anos, para obter renda própria. Assim ele fala do hábito de caçar:

[...] corria atrás do bicho e pegava ele na... na esquina, assim [risos], e metia uns paus nele, matava e... estava pronto o almoço [...], tinha carne para a semana... [...] era... divertido. [...] E... a turma ia, caçava mesmo, e aquilo ali era... fartura, cara... Era bom mesmo. É a mesma coisa que tiver no... ter um monte, assim, de criação [boiada] e tu escolher um para matar aí, ó. Daí era... matava um, já estava a festa.

A narrativa apresenta a caça como uma atividade divertida, feita não somente para subsistência da família – fator que não deixa de ser frisado –, mas como atividade de lazer. A mata e os animais selvagens, longe de comporem um ambiente perigoso e hostil – ou de sofrimento, como ocorre em diversos outros relatos –, conformam um enredo de aventuras, uma “idade do ouro” (Williams, 1990). Essa forma de compreender o local possivelmente está relacionada com a maneira como Carlos retornou ao Brasil, pois, segundo aponta em outro momento da narrativa, a mudança se deu aos 26 anos, não tanto por livre opção, mas por força das circunstâncias que vivia, pois ficou desempregado e sua família já havia retornado.

Essa forma de falar da trajetória no país vizinho é muito diferente da de narradores como Paulo,<sup>2</sup> que apresentam a vida no Paraguai de maneira negativa, se esforçando para explicar que permanecer lá era impossível. Nascido em Santa Helena (PR), ainda criança se deslocou para Rebouças, no centro-oeste paranaense, acompanhando a família. Em 1991, aos 19 anos, seus irmãos compraram uma pequena área rural no leste do Paraguai e definiram que ele deveria se dirigir ao local para tomar conta da propriedade. Embora não tenha emigrado criança, frisa que a mudança não foi resultado de motivação sua, mas exigência da família, em virtude da impossibilidade de todos sobreviverem trabalhando apenas na propriedade familiar de Rebouças. No leste

---

2 Paulo, 32 anos, é construtor e morador do bairro São Luiz em Santa Helena.

do Paraguai, Paulo se casou e teve uma filha; retornou ao Brasil em 1996, em função das dificuldades em manter a diminuta propriedade – mesmo que ela tivesse titulação legal – e de conflitos com outros irmãos, que foram morar lá algum tempo depois de sua mudança para o Paraguai.

As recordações do período em que sua esposa estava grávida sintetizam o quadro negativo que o narrador traça sobre o Paraguai: “[...] a gente passou uma crise terrível [...]. Quando tinha uma galinha [...], o... gato-do-mato pegava. Porco, eu comprei [...], mas não prestou para criar. Vaca... eu tinha uma [risos] vaca [...]. Deu aftosa na vaca e matou a vaca [risos]”. O país vizinho é representado como lugar de privações, onde Paulo afirma ter passado fome, pois encontrou dificuldades para fazer a propriedade produzir e havia períodos em que não encontrava trabalho nas fazendas vizinhas. Ali, o futuro de sua família seria incerto, principalmente após o nascimento de sua filha, razão pela qual optou por retornar ao Brasil, onde, com a ajuda do cunhado, passou a trabalhar na construção civil – atividade que desenvolve até hoje. Permeia a visão de Paulo sobre a fronteira a decisão de retornar, tomada por ele próprio e compreendida como um acerto, o que o leva a perceber de maneira mais enfática os problemas enfrentados no Paraguai.

Os relatos sobre adversidades enfrentadas no leste do Paraguai, apesar de recorrentes, nem sempre assumem contornos dramáticos; além disso, dificuldades mencionadas costumam não se relacionar a tensões no convívio com pessoas. Em toda a pesquisa, somente uma entrevistada contou, de forma mais detida, sobre as tensões que povoavam a vida no país vizinho no que tange às relações com outras pessoas, em especial os cidadãos paraguaios. Trata-se de Luiza,<sup>3</sup> que na época da entrevista contava apenas 14 anos. Filha de brasileiros, nasceu no Paraguai, mas foi registrada no Brasil – prática comum entre os brasiguaios –, considerando-se ela também brasileira. No país vizinho, seu pai aliava atividades comerciais ao trabalho no campo – tanto na propriedade que lá veio a adquirir como nas fazendas vizinhas – enquanto sua mãe trabalhava como doméstica em uma das vilas fronteiriças do departamento (província) de Canindeyú. A mudança para Marechal Cândido Rondon ocorreu poucos meses antes da entrevista, quando a mãe de Luiza recebeu uma soma em herança, separou-se do marido e comprou uma casa na periferia da cidade

---

3 Luiza (nome fictício), 14 anos, é babá e moradora de bairro periférico em Marechal Cândido Rondon.

brasileira. Trata-se, portanto, de uma mudança que envolve diretamente relações familiares e de gênero.

Na narrativa de Luiza, o leste do Paraguai é pintado em tons sombrios, como lugar violento, repleto de golpistas e autoridades corruptas, cujas escolas adotavam castigos físicos e onde havia preconceito contra os brasileiros. O trecho a seguir resume a visão da narradora sobre o outro lado da fronteira:

E lá quase não conseguia, não tinha emprego. Não tinha uma escola boa para estudar. [...] mais pelo preconceito [contra brasileiros], lá estava virando, virando um lugar, assim, muito violento, barra pesada e antes já não, era mais calmo. [...] Nem a polícia não consegue controlar eles. Imagina, se nem a polícia consegue controlar, seria bom morar num, num lugar desses? Não, né.

Na prática, muito do que Luiza relata está presente no que a mídia brasileira difunde sobre o Paraguai, bem como nos estereótipos nutridos pelos próprios brasiguaios a respeito daquele país. Conforme aponta Souchaud (2011), a imagem do Paraguai circulante no Brasil é construída a partir do estereótipo de um país fechado, com uma economia baseada no ilícito e dominado pela violência, portanto, hostil e refratário à integração com o estrangeiro. Esses elementos encontram-se muito presentes no ideário dos moradores da fronteira, porém costumam ser expostos apenas em situações informais, sendo poucas vezes verbalizados em entrevistas orais. Luiza expõe uma visão do Paraguai e de seus habitantes recorrente entre brasileiros – em que os cidadãos do país vizinho (e, ao que tudo indica, apenas eles) são vistos como caso de polícia –, que tendem a reclamar do preconceito vivido naquele país, mas por via de regra não se preocupam sequer em aprender suas línguas oficiais. Essa postura é recorrente entre os brasiguaios, que, no país vizinho, exacerbam seu nacionalismo, afirmam-se como pertencentes a uma cultura superior, como melhores trabalhadores (que os paraguaios) e não raro se recusam a aprender os idiomas oficiais daquele país, criticando ainda seu sistema escolar (Albuquerque, 2008). Todavia, nossa intenção não é desmentir a narradora, em busca de uma história *verdadeira* ou *objetiva*, mas analisar a subjetividade (Portelli, 1996a) presente na narrativa. Com esse propósito, procuramos dialogar com Luiza sobre os motivos para a existência de conflitos entre brasileiros e paraguaios, os quais, em sua opinião, se originavam em “uma guerra”:



[...] eles tinham um pouco de raiva do... Brasil porque teve uma guerra, que agora eu não estou lembrada qual foi, e que o Brasil tirou terra do Paraguai [...]. Os brasileiros roubaram do Paraguai as terras, né, na guerra que teve [...]. Por isso que eles, eles achavam que lá, lá era território deles, e o que os brasileiros iam estar fazendo lá, na terra deles[?], e se algum brasileiro falava ou fizesse ou falasse alguma coisa, eles falavam que se quisesse podia ir embora, fosse para o Brasil, porque eles estavam vivendo lá na terra deles, lá eles mandavam.

A guerra da qual fala Luiza é a Guerra do Paraguai, ocorrida no século XIX, em que houve dois processos que muito contribuem para a construção de uma memória negativa dos brasileiros naquele país (para além dos crimes de guerra cometidos): a anexação de terras em litígio na fronteira Brasil-Paraguai (no atual sul de Mato Grosso do Sul) e a imposição, pelos países vencedores, da privatização das terras estatais paraguaias, origem do latifúndio naquele país (Almeida Neto; Flores, 2014). Na década de 1990, após a queda da ditadura de Alfredo Stroessner, movimentos paraguaios de luta pela terra passaram a questionar a presença de brasileiros no país, principalmente pelo fato de deterem propriedades rurais (Baller, 2008). Essa consideração fazia parte de um contexto mais amplo de críticas ao latifúndio em mãos de estrangeiros, mas também de paraguaios – principalmente dos militares que adquiriram terras de forma ilícita durante a ditadura (Albuquerque, 2008). Os departamentos ao sul do país, onde se localizam as terras mais férteis – e onde viveram nossos narradores –, foram alvo particular dessa revisão. Nesses movimentos, as memórias da Guerra do Paraguai se mantêm vivas, como forma de efetivar a denúncia sobre como a submissão do país ao estrangeiro, ocorrida após a guerra, contribuiu para excluir a população paraguaia do acesso à terra. A dificuldade dos brasileiros em compreender a relação entre as memórias da guerra e o movimento de luta pela reforma agrária no Paraguai se deve, em parte, às diferentes formas com que as populações brasileira e paraguaia se recordam da guerra: no país vizinho, o conflito ocupa posição central na memória nacional, algo que não ocorre no Brasil (Souchaud, 2011).

Talvez por isso a memória de Luiza – provavelmente uma “memória herdada” (Pollak, 1992) de família, e não resultante exclusivamente de suas experiências pessoais –, aponte um tempo em que as relações eram mais “amistosas”: “Quando eu era menor já não tinha tanto preconceito [...], [os paraguaios] viviam até bem com, com os brasileiros [...], depois de um tempo

que começou [...] aquele preconceito”. Mais que servir como recurso narrativo (tal como observado por Portelli, 1996b), dar relevo a um tempo de calma, anterior ao de conflito, pode indicar como a narradora trata, em suas memórias, o período anterior à redemocratização paraguaia, iniciada em princípios da década de 1990, processo ao longo do qual a etnicidade e o nacionalismo (Albuquerque, 2008) ocuparam um papel de extrema importância para os movimentos sociais e populares do país (Baller, 2008).

Existem outras visões que se abstêm de fazer um julgamento sobre o país vizinho, como percebemos na narrativa de Dorival,<sup>4</sup> que, nascido em Santo Antônio do Sudoeste (PR), emigrou ainda criança, com sua família, para o leste do Paraguai, onde veio a adquirir uma pequena propriedade rural. Nesse país nunca chegou a frequentar escola, mas aprendeu as línguas espanhola e guarani. Ao falar dos motivos para seu retorno ao Brasil, caracteriza o Paraguai da seguinte maneira:

[...] tempos atrás era bom, de viver. Agora é... é incrível. Porque lá [...] tempos atrás o dinheiro dava, [...] nós vinha com uns... cinquenta mil guarani, aqui no Brasil nós fazia uma comprona, né. Agora não dá... [...] Que tempos atrás, tempo que eu... o lago era baixo aquele tempo, vixe!

O leste do Paraguai, para ele, é uma região onde se tornou inviável viver, pois os ganhos na agricultura haviam diminuído. A referência ao “lago baixo” nos indica o tempo compreendido pelo narrador como *melhor*, ou seja, o período anterior a 1982, quando o rio Paraná foi represado para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Dorival nos indica a década de 1970 e os princípios da década de 1980 como os *melhores*, ou seja, antes da modernização do campo e da introdução da soja naquela região – processos que se tornaram mais acentuados na década de 1990 (Silva, 2010). Essa década, inclusive, assinala um período de concentração fundiária e de intensificação do abandono do campo por parte dos pequenos produtores rurais no leste do Paraguai.

Sobre o retorno ao Brasil, os locais onde os narradores foram morar também são relatados de diferentes formas, o que indica uma pluralidade de maneiras de experienciar a mudança. Paulo (2004), por exemplo, afirma que

---

4 Dorival (nome fictício), 40 anos, presta serviços gerais em indústria alimentícia e é morador da área central de Marechal Cândido Rondon.

depois de cruzar a fronteira, sua vida “ mudou bem, né, da água para o vinho”, referindo-se à qualidade de vida que havia aumentado, sendo afastado o risco de penúria, embora certas dificuldades ainda se fizessem presentes em seu cotidiano. Outros narradores, porém, não traçam quadros tão positivos sobre as mudanças para as pequenas cidades da fronteira brasileira com o Paraguai. Menções à pobreza e às dificuldades vividas principalmente nos *primeiros tempos* após a mudança são constantes nas narrativas orais.

O relato sobre o retorno que mais chamou atenção foi o de Juarez,<sup>5</sup> que, nascido no oeste do Paraná, emigrou para o Paraguai – departamento de Alto Paraná – com a família antes mesmo de completar um ano de idade, entre os anos de 1977 e 1978; seu retorno ao Brasil, para o município de Santa Helena, ocorreu em 1990, quando contava aproximadamente 12 anos de idade. Seu relato apresenta as agruras da vida no Paraguai, o trabalho infantil no campo, a comida de má qualidade, entre outros aspectos. O narrador reprova explicitamente a mudança da família para o outro lado da fronteira, explicando-a não como uma alternativa de sobrevivência no campo, mas como uma tentativa de isolamento de seu pai: “[...] meu pai sempre teve uma ideia, é... sempre teve vontade de tentar se isolar, sabe, [...] da modernidade [...]”; essa interpretação revela um conflito de gerações, entre quem decidiu emigrar e os filhos, que apenas acompanharam a decisão. Todavia, Juarez frisa que, ao mudar para Santa Helena, as dificuldades não cessaram, pois sua família foi trabalhar como boia-fria:

Eu me lembro que a gente saía de manhã cedo, saía cinco da manhã, por exemplo, seis da manhã, e... no tempo do frio [...]. E a gente ia no tempo do frio fazer esse serviço, a gente chegava na roça, [...] os milhos estavam todos brancos de geadas, sabe, a gente tinha que... chegava lá mal, já, daí, muitas vezes a gente não aguentava trabalhar, daí [...] tinha que fazer um fogo lá, improvisado, a gente se esquentava um pouco as mãos, e... oit[o], sete e meia, oito horas, começava a trabalhar. [...] E... quando a gente vinha embora, à noite, muitas vezes chovia [...], daí o pessoal pegava, para esquentar comprava bebida, pinga, mesmo, assim... [risos] em litro, daí [o] pessoal em cima do caminhão tomava para se esquentar, [...] até eu de menor ainda, acabava tomando, aquilo lá, assim, para tentar... se aquecer.

---

5 Juarez, 27 anos, é eletricitista e morador do bairro São Luiz em Santa Helena.

As memórias de Juarez revelam como os sofrimentos vividos na infância não se restringiram ao lado paraguaio da fronteira, mas se estenderam à vida no Brasil, ao trabalho volante e à pobreza experimentada na periferia de uma cidade em crise (Langaro, 2006). A passagem relatada, escolhida pelo narrador entre outras tantas, revela a intenção de mostrar quão extenuante aquele serviço poderia ser. O trabalho no campo – tanto aquele realizado no Paraguai como no Brasil – é por ele representado como degradante, ou pelo menos como algo que não poderia proporcionar um futuro bom aos jovens. Em contrapartida, Juarez observa de maneira positiva o trabalho urbano e a educação escolar, referindo como uma grande conquista a profissionalização como eletricitista, obtida ao trabalhar em empresa do ramo e frequentar diversos cursos profissionalizantes.

Mesmo Luiza, que traça um quadro negativo do local onde vivia antes de mudar para Marechal Cândido Rondon, não isenta sua nova cidade de críticas, indicando que as adversidades não foram experimentadas apenas no Paraguai. O “preconceito”, tema central em seu relato sobre o país vizinho, também se verifica com relação ao Brasil: ela declara ser discriminada por ser “morena”, por morar na periferia, por ser brasiguiaia e por se encontrar “atrasada” nos estudos, pois aos 14 anos de idade ainda estava nos ciclos iniciais do ensino fundamental, cursados na EJA (Educação de Jovens e Adultos). A questão teve tanta amplitude em sua narrativa que ela chegou a apontar que pretendia ir embora da cidade para morar com a irmã em uma das capitais do sul do Brasil, onde vislumbrava sofrer menos preconceito e ter mais campo para se profissionalizar na área de dança.

Diante da recorrência dos relatos sobre dificuldades, vividas no Paraguai e no Brasil, nos questionamos sobre as razões dos narradores tratarem desses assuntos da maneira que o fazem. Em muitos casos, os sentidos presentes nas memórias dos entrevistados procuram dar visibilidade aos problemas vividos como forma de enfatizar seu esforço pessoal para a superação de adversidades. Isso contribui para o enfrentamento do preconceito que os brasiguaios sofrem ao retornar, pois no Brasil “já não [são] mais reconhecidos como brasileiros e, portanto, vêem seus direitos de cidadania serem questionados e sua identidade nacional ser deteriorada” (Baller, 2008, p. 16).

Também é importante notar que os relatos de dificuldades variam em cada narrativa. Luiza apresenta questões referentes à sua vida de mulher, adolescente, moradora de periferia, que sonha em ser dançarina, e revela sofrer pela dificuldade em se inserir adequadamente no Brasil – o que prolonga uma

situação de desconforto que já vivia no Paraguai. Ela trata de questões pouco abordadas em outras entrevistas, como o preconceito sofrido por não ser considerada branca e por ainda cursar o ensino fundamental aos 14 anos de idade, diferentemente das demais adolescentes de sua vizinhança. As outras entrevistas, por sua vez, revelam um olhar masculino sobre a fronteira, pois tratam das atividades comuns aos homens, como a caça, e a preocupação com a esposa e principalmente com os filhos.

Por outro lado, as narrativas que apresentam os ambientes rurais do Paraguai de maneira romantizada revelam a identificação que os trabalhadores entrevistados construíram com o país vizinho; há entrevistados que declaram a intenção de retornar para lá, enquanto outros afirmam o desejo não de retornar ao Paraguai, mas sim ao campo, no Brasil. Dessa maneira, reafirmam a força que o passado rural ainda detém em suas vidas presentes, constituindo suas identidades.

De maneira geral, notamos que, para quase todos os entrevistados, cruzar a linha da fronteira – no sentido de retornar ao Brasil – não significou apenas mudar de país, mas também deixar o rural e incorporar-se ao urbano. As pequenas cidades do oeste paranaense constituem a primeira experiência com o urbano da maioria dos narradores; a necessária transformação de suas maneiras de viver e de trabalhar não se operou sem a incidência de muitas tensões.

## As mulheres brasiguaias na fronteira

A maioria das mulheres migrantes entrevistadas<sup>6</sup> disse ter ido ao Paraguai em busca da sobrevivência e do bem-estar da família, não lhes sobrando tempo para pensar e escrever aquilo que sentiam, viviam e sonhavam nos primeiros anos de vida nesses assentamentos. O panorama e as cenas cotidianas eram suficientemente ricos em aventuras, desafios e acontecimentos prosaicos que encheriam centenas de horas de entrevistas. As mulheres que narram esse processo migratório se reconstruíram durante mais de três décadas, sobrevivendo

---

6 As entrevistas utilizadas nesta seção foram produzidas para um estudo dedicado a um grupo social composto por mulheres agricultoras, que à época das entrevistas tinham entre 52 e 70 anos de idade e vinham de comunidades de imigração italiana e alemã, bem como de algumas localidades do Nordeste. A importância analítica de seus testemunhos não está na busca de semelhanças ou de verdades em suas narrativas, mas na observação da incidência de certas questões de gênero na fixação de suas memórias ao longo de um *continuum* histórico.

em território paraguaio e brasileiro. Nos anos 1970, eram apenas camponesas que seguiam seu percurso em busca de terra; não havia qualquer consciência de que viriam a ser personagens de um processo histórico de ocupação de terras além-fronteira e, posteriormente, em acampamentos no Brasil.

Entretanto, algumas mulheres migrantes brasiguaias, hoje assentadas em território brasileiro, guardam consigo fotografias e recortes de jornais da época, carregados de lembranças daquele período de promessas de melhoria de vida. Interrogadas, dizem que pensaram em escrever o que sentiram, viram e ouviram, mas acabaram não guardando nada além de lembranças.

Esse escasso ou inexistente registro de suas trajetórias é resultado de um imaginário construído pela história segundo o qual as memórias femininas não têm valor por serem subjetivas demais, de cunho familiar, afetivo e maternal – não interessariam, dessa forma, à memória oficial. Daí a importância de visibilizar e reintroduzir as mulheres na história desse processo migratório, identificando-as como protagonistas de todos os momentos em que estiveram presentes e sublinhando a importância do papel que exerceram.

Para tratar de memória na história das mulheres migrantes, é fundamental assumir, junto com Bosi (1995), a memória-trabalho, entendendo que, ao rememorem, as mulheres reconstróem suas lembranças, refazem seu passado e re-projetam seu presente e seu futuro. Sobre o processo rememorativo, Thompson (1997) enfatiza o caráter de transformação que a memória engendra, uma vez que ela possibilita ao sujeito que rememora, a partir da reconstrução de análises do já ocorrido, traçar novos horizontes até então não imaginados. Por essa perspectiva, a memória desempenha o papel de catalisadora, carregando em si um grande potencial transformador. Nesse processo, o historiador aprende, na entrevista, a ouvir, a se relacionar com pessoas de classes sociais diferentes e a se envolver em histórias que retratam momentos sociais de quem as conta. Para isso, Thompson esclarece que o historiador oral precisa ser “um bom ouvinte, e o informante, um auxiliar ativo” (Thompson, 1997, p. 43).

As mulheres migrantes, que após anos vivendo em terras paraguaias retornaram para diferentes lugares do estado de Mato Grosso do Sul – na situação de acampadas, boias-frias, assentadas –, carregam consigo uma bagagem de conhecimento e cultura própria. Essas mulheres resistiram ao processo migratório de diversas formas. Cada uma escreveu como pôde um capítulo da história. As experiências vividas têm reflexos em seu cotidiano e, principalmente, na educação das futuras gerações nos assentamentos.

A memória vívida é elaborada por meio de relações entre coletividades e individualidades que incluem, entre outros elementos, o masculino e o feminino, historicamente construídos. Perrot (1988, p. 27), nessa perspectiva, salienta que a memória é um prolongamento da existência e que ambas são formas de relação no tempo e no espaço – por isso mesmo, sexuadas.

Nas memórias de muitas mulheres brasiguaias que participaram do processo de colonização de terras no Paraguai, são comuns as referências ao sofrimento por não terem dinheiro ou por não satisfazerem a vontade do marido; elas demonstram um sentimento de indignação e revolta. São histórias de mulheres que “sentiram na pele” o sofrimento, como elas mesmas dizem.

A casa foi construída com lasca de taboca (lasca de madeira mole) – é tipo marfim –, dava caruncho que nem milho e a cobertura era de tabuinha, mas os esteio era de angico – uma madeira boa, pesada; o piso era de bosta de vaca com barro. [...] mesmo assim eu cozinhava, eu mexia naquelas panelonas em cima do fogão, muitas vezes eu pegava e enrolava o nenê e levava na roça pra minha mãe dar mama, e daí eu trazia de novo pra casa, e daí foi assim que eu fui crescendo e fui trabalhar de boia-fria, eu e meus irmãos trabalhamos bastante, também, ajudando os pais; nós trabalhávamos e no final de semana vinha o cheque e nem sequer dava para comprar a comida. (Maria Celina Azarias David, 2012).<sup>7</sup>

Ao analisar um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual expresso, entendemos como uma não manifestação de um sujeito, e nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que “o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (Foucault, 1986, p. 84).

É um elemento marcante para praticamente todas as mulheres entrevistadas o significativo número de famílias que abandonaram seus vínculos no Sul para se dirigirem ao país vizinho em busca de condições de vida que não chegariam a alcançar ou que, mais tarde, viriam a perder. Nas memórias do deslocamento, o rito de saída da terra natal, a chegada ao novo país, o arame, o mato, os bichos, a falta de vários víveres, a noite que não

---

7 Maria Celina Azarias David, 48 anos, é imigrante camponesa brasiguiaia e moradora do assentamento Itamaraty, em Ponta Porã.

terminava, a vigília até clarear o dia, o planejamento para o dia seguinte, o medo do “outro”. São tempos de travessias, em que apenas as lembranças ficaram para trás.

A dimensão do coletivo/grupo é expressa como fator de segurança diante do que estaria por vir. Isso é narrado como importante no processo de ocupação das terras, pois fez repensar a insegurança misturada com coragem de romper com uma vida de limites e bloqueios.

Nas narrativas das mulheres migrantes que se transferiram para acampamentos posteriormente à experiência no território paraguaio, há muito heroísmo, como também as marcas das identidades de gênero. Percebemos que homens e mulheres relatam o tempo e os fatos vividos com diferenças que manifestam incorporações históricas e culturais de papéis, representações e obrigações valorativas, que vão desde as dimensões do âmbito coletivo – como a família – até a subjetividade, a esfera política, o cotidiano vivido sob a lona preta, a falta de alimentação, as doenças.

Também cabe indagar sobre o lugar de onde as mulheres brasiguaias falam o contexto específico de sua percepção, a fonte do discurso, e sobre a sua efetiva posição de sujeito, suas ações concretas, basicamente como produtoras de saberes. É assim que, segundo Foucault (1986), destrói-se a ideia de discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste à própria palavra.<sup>8</sup>

Quando saímos do Sul e partimos para o Paraguai, não tínhamos nada... apenas as roupas do corpo, uma dúzia de galinhas, um guarda-roupa e minha máquina de costura. Ao chegar no Paraguai a tristeza tomou conta de nós... Não havia nada, apenas mato, sofremos muito. [...] me lembro que aos 12 anos a minha mãe me tirou da escola, porque menina com mais idade não é bonito estudar. Mais tarde começou as ameaças de invasores dizendo que aquelas terras eram deles... Começou aí por volta de 1986 a nossa tentativa de retorno ao Brasil. (Ilse Schneider, 2012).<sup>9</sup>

Nesse modelo, os papéis historicamente delegados às mulheres, como servir, cuidar e nutrir, sofrem uma mudança. Na dimensão do barraco inexistente

---

8 Em vez de identificar poder com opressão, Foucault o vê como criador de significados, valores, saberes e práticas.

9 Ilse Schneider, 60 anos, é imigrante brasiguaiá e moradora do assentamento Itamaraty, em Ponta Porã.



a plenitude do cuidar, seja internamente, seja em seu entorno; daí o aumento do tempo livre, que permitiu a participação delas nas ações de luta. Aliada a isso, estava a necessidade de todas as pessoas da família – fossem homens, mulheres, jovens ou crianças – unirem forças e criarem múltiplas estratégias que tornassem possível a passagem do viver provisório para o viver definitivo e sossegado.

A pior coisa na vida de uma mulher é você acordar no barraco de manhã e ver que você não tem nada para dar de comer aos seus filhos [...], apenas um pão seco. [...] é uma experiência que jamais quero passar de novo... A fome é a pior coisa que vivi nesse tempo de transferência do Paraguai para o acampamento, a pior coisa nesse mundo. (Marta Cléa Mariano Pontes Cortes, 2012).<sup>10</sup>

Esse sofrimento, segundo dona Marta, durou cerca de dois anos no acampamento, enquanto ela aguardava um possível lote na fazenda Itamaraty. Segundo ela, sua condição física e psicológica a cada dia mostrava sinais de desgaste, a angústia tomava conta e era agravada pela falta de condições de higiene e de privacidade no acampamento. Seu relato mostra uma trajetória migrante e revela através da linguagem significados, intenções e práticas das mulheres migrantes brasiguaias ligados a seus papéis de gênero e poder na esfera familiar, refletindo as condições socioculturais da produção e reprodução dos discursos.

Apesar das dificuldades e do inevitável estranhamento da vida no acampamento, havia algo que as prendia a essa situação: a possibilidade de melhorar de vida e principalmente de garantir comida para os filhos, sem a velha ameaça que as perseguia desde as terras paraguaias. A confiança de que se conquistassem um pedaço de terra teriam comida abundante suplantava as dificuldades – até mesmo a falta de escola, visto que nos primeiros anos as crianças não puderam estudar. Dona Marta, emocionada, lembra que ficava com o coração apertado ao ver os seus filhos sem poder estudar, e muitas vezes sem comer.

Algumas memórias das mulheres mais velhas expressam um conformismo a que “sempre foi assim” e a que “não mudará” esse “cansaço” oriundo

---

10 Marta Cléa Mariano Pontes Cortes é imigrante brasiguia e moradora do assentamento Itamaraty, em Ponta Porã.

da vida na roça. Algumas mulheres que saíram de seus locais de origem ainda solteiras expressam sua coragem e também sua solidão quando afirmam que foram “criadas pelo mundo”, refletindo uma espécie de autoelogio e reconhecimento de sua própria capacidade.

Fomos para o Paraguai, porque o meu pai, com 11 filhos, não tinha terra para todos, e ficamos nove anos rodando com a mala até conseguir um pedaço de terra no Paraguai. O local que conseguimos era chamado de ‘fundo do saco’ porque depois dessa região não havia mais nada. Não tinha remédio, hospital, não tinha nada... De tanto sofrer, nós nos acostumamos. [...] me lembro que peguei um quilo de arroz e fui vender de casa em casa para conseguir um dinheiro para levar minha filha no hospital que, só havia em Sete Quedas, no Brasil. [...] muito sofrido... Separei porque eu não aguentava mais... E fomos para Catuete, também no Paraguai. [...] lá não tinha o que comer... Trabalhei na serraria, carregava carreta, trabalhei de cozinheira, diarista na roça, foi nos anos de 1988, com minhas três filhas, a mais nova com três anos e mais velha nove. [...] sozinha lá, não havia serviço. [...] lá a cobra fumou... Roicei mato, tiramos madeira, eu fazia queijo, vendia galinhas... Morei três anos lá... Foram os piores [...]. (Maria Zelita Dalsoto, 2012).<sup>11</sup>

As histórias de dona Maria Zelita e de dona Marta revelam as precárias condições sociais e econômicas em que elas se encontravam em sua trajetória migratória até a conquista da terra. Ao saírem rumo ao acampamento no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, elas não deixaram nenhum bem material para trás, pois em todo o período de vida como migrantes no país vizinho padeceram de fome, desemprego e humilhação.

Muitas das famílias que migraram para o Paraguai apenas possuíam o contrato de compra e venda da terra aonde se destinavam, sem a posse da escritura pública. As terras paraguaias eram terras sem documentos, o que dava margem a uma forte corrupção dentro das empresas colonizadoras que levavam as famílias brasileiras.

A situação de opressão e as limitações que circundaram dona Marta e dona Maria Zelita não foram ocasionais na trajetória dessas personagens, mas um fator recorrente na vivência da maioria das mulheres e famílias brasiguaias.

---

11 Maria Zelita Dalsoto, 55 anos, é imigrante brasiguiaia e moradora do assentamento Santo Antônio, em Itaquiraí.

Assim como relatou dona Marta, outras mulheres brasiguaias contaram que seus maridos às vezes saíam para trabalhar de boias-frias em fazendas a fim de ganharem um dinheiro extra para suprir as necessidades da família. Enquanto isso, elas ficavam administrando o lote e trabalhando na terra com os filhos.

Em algumas conversas, elas destacaram que a partida é um momento singular tanto para aqueles que partem como para aqueles que ficam; muitas vezes serve como um momento de catarse, de purificação da subjetividade, das emoções que ambos carregam. Há trechos sobre despedida nas falas das mulheres em que elas relatam, emocionadas, que as mágoas ou conflitos que tinham com algum vizinho ou parente se diluíram quando migraram – é um sentimento que marcou muito, segundo elas.

Os relatos orais de mulheres migrantes camponesas têm se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos nas áreas de história social e história do cotidiano, com especial ênfase na história das mulheres. Para Thompson,

[...] até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. [...] O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta. (Thompson, 1997, p. 134).

As mulheres migrantes em seu processo de produção social, construíram significados pelos quais enunciam a si mesmas e narram a sua história. É a partir de suas falas que vamos descobrindo como se instituem, como se descrevem, como se revelam nos seus “novos” papéis. É nesse processo de produção social que elas constroem uma narrativa que porta significados, revelações e identidades de gênero.

Das narrativas de mulheres brasiguaias, podemos também extrair as bases sociais que formam a identidade – como ressalta Pollak (1989) –, que podem explicitar os percursos possíveis de protagonismo. No caso das mulheres camponesas migrantes na luta pela terra, esse protagonismo se observa na construção de redes e estratégias de sobrevivência empreendidas em distintos contextos, seja no processo migratório para o Paraguai, seja no acampamento ou na posse do lote no Brasil.

Os relatos, mesmo apresentando diferentes impressões temporais e espaciais, a despeito das discontinuidades que permitem cruzar uma dimensão intersubjetiva e social, revelam os modos de apropriação das representações sobre o feminino, a constituição de subjetividades não captadas pelo discurso normativo. Ademais, podem evidenciar o poder das representações sociais para pressionar para o conformismo e o consentimento, o que reforça os tradicionais papéis de gênero, as resistências vividas no processo migratório.

As mulheres migrantes brasileiras sem terra foram silenciadas (Perrot, 1988, p. 30). Não são escutadas porque seus pontos de vista não são tidos como importantes. São caladas devido a um imaginário social que lhes atribui *status* inferior por serem mulheres, pobres, afrodescendentes, trabalhadoras camponesas, boias-frias e migrantes.

As memórias construídas por essas mulheres, por mais incompletas que às vezes possam se mostrar devido a uma multiplicidade de experiências vividas pela família, pelo coletivo que imigrou –, não param no tempo, mas estão em contínua transformação. Para Halbwachs (2006), a memória é fruto de interações sociais que ocorrem no tempo presente; é nesse processo dialético que se constitui a imagem de cada “um” no “outro” e que a identidade dos sujeitos se forma nesses contextos interativos, de realidades múltiplas, fragmentadas.

Considerando essas reflexões, temos feito esforços no sentido de produzir documentos com o objetivo de criar arquivos de fontes orais e imagéticas que permitam ampliar aspectos da reflexão a propósito das especificidades desses grupos e, assim, contribuir para o conhecimento de novas experiências na história brasileira.

Sabemos que a fala é um instrumento decisivo para as mulheres migrantes pobres dos assentamentos que vivem a radicalidade cotidiana da luta pela permanência na terra. As mulheres vivem jornadas múltiplas em que se acumulam as atividades na casa, no lote e na feira. Quando expõem e vendem seu produto, tornando-o mercadoria, elas veem a continuidade e finalização do seu trabalho agrícola. Nessas jornadas, conciliam o papel da mulher que sai de casa para vender sua força de trabalho e auferir renda com o da mulher tradicional que cuida da casa e da família.

## Considerações finais

Ao mergulharmos no imaginário individual e social dos(as) migrantes brasiguaios(as) para entendermos seus deslocamentos, somos levados a uma submersão no seu passado por meio da busca de fatos inertes, mortos e superados, não como momentos estáticos esquecidos, mas como vivências marcadas de significados e mudanças que sustentam a vida presente. Nesse sentido, nos aventuramos a tecer redes de significados para entender as atitudes, comportamentos e projetos das pessoas que se dispuseram a falar sobre suas trajetórias.

Na construção dessas narrativas, conhecemos sujeitos que vagam pelas suas lembranças e, ao narrar, democratizam o saber, ou seja, mostram que qualquer pessoa ou grupo, assim como fez a sua história, pode também contar a seu modo tudo aquilo que protagonizou. Com um olhar carregado de “presente”, os(as) depoentes se narram. Foi-lhes dado um momento para reconstruir o próprio passado. A história desses sujeitos não tem um único sentido, mas sim vários – na concepção de Pierre Bourdieu (1998). O que importa é o sentido que o sujeito dá ao real, independente de modelos, os depoimentos registrados são ricos de indícios que remetem ao seu cotidiano e ao de suas famílias, ao trabalho desenvolvido, às relações de gênero vivenciadas, às violências sofridas, aos sonhos alimentados... Nosso desafio, a partir dos seus relatos, é vislumbrar os sentidos que esses homens e mulheres migrantes brasiguaios(as) atribuem às suas trajetórias de vida, simplesmente para fazê-los existirem enquanto protagonistas da história.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, v. 19, n. 1, p. 49-63, jun. 2008.

ALMEIDA NETO, Francisco Barreto de; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Apontamentos acerca da política agrária no Paraguai do pós-guerra (1870). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS, 12., 2014, São Leopoldo. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

BALLER, Leandro. *Cultura, identidade e fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. 2. ed. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 183-191.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do Oeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Ufu, Uberlândia, MG, 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996a.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitela Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996b. p. 103-130.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Danusa Lourdes Guimarães da. *“Um pé aqui e outro lá”*: experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR – 1990-2010). Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, PR, 2010.

SILVA, José Francisco Graziano da. *Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 131-153, jan./jun. de 2011.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 57, n. 20, p. 137-156, 2006.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZIENTARA, Benedict. Fronteira. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. v. 14.

## Fontes orais

CARLOS [nome fictício]. [dez. 2002]. Entrevistador: Jiani Fernando Langaro. Marechal Cândido Rondon, 7 dez. 2002.

CORTES, Marta Cléa Mariano Pontes. [nov. 2012]. Entrevistador: Losandro Antônio Tedeschi. Ponta Porã, 10 nov. 2012.

DALSOTO, Maria Zelita. [dez. 2012]. Entrevistador: Losandro Antônio Tedeschi. Itaquiraí, 9 dez. 2012.

DAVID, Maria Celina Azarias. [nov. 2012]. Entrevistador: Losandro Antônio Tedeschi. Ponta Porã, 10 nov. 2012. .

DORIVAL [nome fictício]. [abr. 2003]. Entrevistador: Jiani Fernando Langaro. Marechal Cândido Rondon, 6 abr. 2003. .

JUAREZ. [jul. 2004]. Entrevistador: Jiani Fernando Langaro. Santa Helena, 11 jul. 2004.

LUIZA [nome fictício]. [abr. 2003]. Entrevistador: Jiani Fernando Langaro. Marechal Cândido Rondon, 3 abr. 2003.

PAULO. [jul. 2004]. Entrevistador: Jiani Fernando Langaro. Santa Helena, 9 jul. 2004.

SCHNEIDER, Ilse. [nov. 2012]. Entrevistador: Losandro Antônio Tedeschi. Ponta Porã, 10 nov. 2012.

**Resumo:** O artigo analisa narrativas orais produzidas na fronteira Brasil-Paraguai, mais especificamente nas regiões do oeste do Paraná e do sul de Mato Grosso do Sul, tomando como foco as trajetórias e memórias de trabalhadores(as) do campo que emigraram para o Paraguai a partir da década de 1970 e, posteriormente, a partir de fins da década de 1980, retornaram ao Brasil. As vidas de mulheres camponesas e de filhos de famílias de trabalhadores rurais emigrados para o país vizinho ganham destaque no trabalho, que objetiva problematizar as migrações pela fronteira sob a ótica dos próprios migrantes. Assim, discutem-se as razões para a emigração e para o retorno, as dificuldades vividas em ambos os lados da fronteira e as questões implicadas nos deslocamentos entre o campo e a cidade, bem como os sentidos que tais falas adquirem para os narradores.

**Palavras-chave:** memória, migração, fronteira, história oral.

**Migration, memories and border: reflections on the life stories of *brasiguai* workers**

**Abstract:** The article analyzes oral narratives produced in the Brazil-Paraguay border, specifically in the regions of western Paraná and southern Mato Grosso do Sul, by focusing on trajectories and memories of field workers who migrated to Paraguay, from the 1970s, and later, from the end of the 1980s, returned to Brazil. The lives of peasant women and children of families of rural workers who migrated to the neighboring country are highlighted in this article, which aims to problematize migration across the border from the perspective of the migrants themselves. Thus, this paper discusses the reasons for emigration and return, the difficulties experienced on both sides of the border, the issues involved in displacements between the countryside and the city, and the way that these narratives get to the narrators.

**Keywords:** memory, migration, border, oral history.

Recebido em 19/03/2015

Aprovado em 18/05/2015